**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.621.936 - MG (2019/0351322-3)**

| | | |
|---|---|---|
| **RELATOR** | **:** | **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ** |
| AGRAVANTE | : | PATRICIA REZENDE SALOMÃO AVELAR - POR SI E REPRESENTANDO |
| AGRAVANTE | : | PEDRO JOSE SALOMAO NETO |
| ADVOGADOS | : | ERICK NILSON SOUTO - MG098084 |
| | | RITA DE CÁSSIA COSTA SOUTO - MG079187 |
| AGRAVADO | : | MARIA MARIANO FIGUEIREDO |
| AGRAVADO | : | DALMO ELISIO TRINDADE FIGUEIREDO |
| AGRAVADO | : | MARTA DE ABREU MARIANO |
| AGRAVADO | : | MARIA EUGENIA MARIANO CRUZ |
| AGRAVADO | : | MARIA INEZ DE ABREU MARIANO OLIVEIRA |
| AGRAVADO | : | JOSÉ WANDERLEY DE OLIVEIRA |
| AGRAVADO | : | ÁUREA DE ABREU MARIANO |
| AGRAVADO | : | NEIDE DE ABREU MARIANO |
| AGRAVADO | : | SUELI DE ABREU MARIANO |
| AGRAVADO | : | ITAMAR DE ABREU MARIANO |
| AGRAVADO | : | LUCIANA FRANCISCA MARIANO |
| ADVOGADO | : | DEBORA DE PAULA MARQUES - MG118602 |

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por PATRICIA REZENDE SALOMÃO AVELAR e OUTRO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.os 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de PATRICIA REZENDE SALOMÃO AVELAR e OUTRO, constata-se que o agravo foi interposto contra a decisão que negou seguimento ao recurso especial em virtude de o acórdão recorrido estar em consonância com tese firmada sob o rito dos recursos repetitivos ou da repercussão geral, cuja intimação efetivou-se já na égide do novo Código de Processo Civil.

Consoante o disposto no art. 1.030, § 2º, do CPC, é cabível agravo interno



Edição nº 2808 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 05 de Dezembro de 2019 Publicação: Sexta-feira, 06 de Dezembro de 2019
Código de Controle do Documento: 152E1873-DF8B-45CB-B521-9E262015A73E

contra decisão que nega seguimento a recurso especial com base no inciso I, *b*, do mesmo artigo. Confira-se:

> Art. 1.030. Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá:
>
> I – negar seguimento:
>
> [...]
>
> b) a recurso extraordinário ou a recurso especial interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, respectivamente, exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos;
>
> § 2º Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021.

A decisão agravada foi publicada já na vigência do atual Código de Processo Civil, o que inviabiliza a aplicação do princípio da fungibilidade, uma vez que não há mais dúvidas objetivas acerca do recurso cabível.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários de advogado pelas instâncias de origem, determino a sua majoração, em desfavor da parte Recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2.º e 3.º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de dezembro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente



**Edição nº 2808 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 05 de Dezembro de 2019 Publicação: Sexta-feira, 06 de Dezembro de 2019**
**Código de Controle do Documento: 152E1873-DF8B-45CB-B521-9E262015A73E**